

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO**  
**PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOP**

**CAROLINA DINIZ BORGES CUNHA**

MARIANA – MG  
DEECO / ICSA / UFOP

2018

CAROLINA DINIZ BORGES CUNHA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO  
PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOP**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Ricardo André da Costa

MARIANA – MG  
DEECO / ICSA / UFOP  
2018

C972d

Cunha, Carolina Diniz Borges.

Desenvolvimento econômico e políticas públicas [manuscrito]: o caso do programa de agricultura familiar da UFOP / Carolina Diniz Borges Cunha. - 2018.

37f.: il.: color; tabs.

Orientador: Prof. MSc. Ricardo da Costa.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Desenvolvimento econômico - Teses. 2. Política pública - Teses. 3. Agricultura familiar - Teses. I. Costa, Ricardo da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 330.34

Catálogo: [ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)

CAROLINA DINIZ BORGES CUNHA

Curso de Ciências Econômicas - UFOP

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO  
PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UFOP

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Me. Ricardo André da Costa.

Banca Examinadora:



Prof. Me. Ricardo André da Costa (orientador)



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira



Me. Raniely da Silva Pinto (profissional da área)

Mariana, 24 de janeiro de 2018.

*“Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz,  
se a grande maioria de seus membros forem  
pobres e miseráveis” (Adam Smith)*

## **AGRADECIMENTO**

A realização deste trabalho só foi possível, devido à oportunidade de trabalhar no Circulo Agricultura, criado pelas professoras Marisa, Diana e Lidiane. Agradeço a elas pela oportunidade e ao NUPEDES.

Agradeço à Comunidade do Cafundão, pela confiança e acolhimento, pela experiência maravilhosa e por ter me transformado como cidadã.

À Universidade Federal de Ouro Preto, por permitir que a extensão ocorra, uma experiência transformadora que possibilita um intercâmbio riquíssimo entre universidade e comunidade.

E ao professor Ricardo, meu orientador neste trabalho, por ser um grande mestre e um grande amigo.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	vii
LISTA DE QUADROS E TABELAS .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 Desenvolvimento econômico e social .....	4
2.2 Alternativas ao Desenvolvimento.....	9
2.3 Políticas Públicas e sua importância como instrumento de desenvolvimento socioeconômico .....	11
2.4 A agricultura familiar como política alternativa de desenvolvimento socioeconômico em regiões vulneráveis em Minas Gerais .....	13
2.5 O Projeto Circula Agricultura como fomentador do desenvolvimento local .....	18
2.6 A problemática da descontinuidade de políticas públicas .....	21
3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA .....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	24
4.1 Análise dos efeitos do Projeto Circula Agricultura para as famílias assistidas .....	24
4.2 Efeitos da descontinuidade de políticas: o caso do Programa de Agricultura Familiar na UFOP... ..	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS .....	33

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Atual logo do Circula .....	18
<b>Figura 2:</b> horta e agricultora familiar da comunidade do Cafundão.....	20
<b>Figura 3:</b> Imagens do Seu Zé agricultor da Comunidade do Cafundão que participa do Circula.....	24
<b>Figura 4:</b> Vendas mensais da família de agricultores do Cafundão, por tipo de produtos nas feiras realizadas da UFOP .....	25
<b>Figura 5:</b> Vendas mensais totais da família de agricultores do Cafundão de produtos nas feiras realizadas da UFOP .....	26

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de atendimentos realizados pela EMATER-MG a Agricultores Familiares e percentuais de participação – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas (2013).....	14
<b>Tabela 2:</b> Número de agricultores fornecedores, volume de recursos aplicados, quantidade adquirida/doada e número de pessoas beneficiadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por categoria – Minas Gerais, 2011-2012.....	15
<b>Tabela 3:</b> Número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP's), DAP's ativas e percentuais de participação – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas (2013).....	17



## RESUMO

Este trabalho foi baseado na teoria de desenvolvimento econômico, buscando compreender o esforço das alternativas possíveis e o uso das políticas públicas para alcançar um mercado inclusivo. A partir de um estudo de caso voltado ao Projeto de Extensão Circula Agricultura, como parte do Programa de Agricultura Familiar da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi feita uma análise da comunidade do Cafundão, localizado no distrito marianense de Cachoeira do Brumado. Como metodologia de avaliação, o Projeto Circula, foi comparado às políticas públicas aplicadas na sociedade, em que se identificou os problemas causados pela não continuidade de tais práticas, tomando como base os períodos antes, durante e pós primeiro semestre de 2017, quando houve uma pausa das atividades do projeto, devido aos atravessadores burocráticos. Dentre os principais resultados encontrados na investigação, destaca-se o setor agrícola como ferramenta fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico. Identificou-se como a aplicação de políticas e projetos geram o fortalecimento das organizações locais, democratizando e incluindo socialmente os indivíduos que compõem a sociedade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico; Políticas públicas; Agricultura familiar

## ABSTRACT

This work was based on the theory of economic development, seeking to understand the effort of possible alternatives and the use of public policies to reach an inclusive market. As part of the Family Agriculture Program of the Federal University of Ouro Preto (UFOP), a case study was carried out for the Extension Circula Agrícola Project, an analysis was made of the community of Cafundão, located in the Marian district of Cachoeira do Brumado. As an evaluation methodology, the Circula Project was compared to the public policies applied in society, which identified the problems caused by the non-continuity of such practices, taking as a basis the periods before, during and after the first semester of 2017, when there was a pause of project activities due to bureaucratic intermediaries. Among the main results found in the research, the agricultural sector stands out as a fundamental tool for growth and economic development, as the application of policies and projects generate the strengthening of local organizations, democratizing and socially including the individuals that make up the society.

***Keywords:*** *Economic development; Public policies; Family farming*

## 1. INTRODUÇÃO

Em meio ao crescimento global e uma desigualdade que cresce exponencialmente a cada dia, é preciso buscar novas formas de atingir o desenvolvimento que ultrapasse o crescimento no curto prazo. Por isso, torna-se necessário pensar novas formas para o desenvolvimento e um estado de bem-estar social, cujo mercado seja justo e inclusivo.

Se pensarmos na agricultura como forma alternativa ao desenvolvimento, tem-se que a mudança no sistema agroalimentar desde a modernização da agricultura gerou profundas transformações na relação entre o consumo e a agricultura. Os consumidores se distanciam dos agricultores, os alimentos chegam através de empresas atravessadoras (ILBERY, 2005). Muitas vezes com perda da qualidade e diversidade, isso promove a geração de incerteza e desconfiança por parte dos consumidores (WISKERKE, 2009). Assim, a agricultura familiar emerge como instrumento pró desenvolvimento local, pois colabora para a geração de renda e emprego no campo e ainda melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. A qualidade dos produtos é superior aos convencionais. Além disso, as famílias vivem da venda de produtos que plantam. Portanto, caracteriza uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (2016), no Brasil a agricultura familiar está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. Sendo que 50% das propriedades se encontram no Nordeste, 19% no Sul, 16% Sudeste, 5% no Centro-Oeste e os outros 10% no Norte do país. Esses dados mostram o perfil das regiões, como por exemplo, o Sudeste e o Centro-Oeste que são grandes produtores agrícolas, porém mais desenvolvidos e mecanizados, de produção intensiva, onde a maioria das propriedades não se enquadram no perfil de agricultura familiar.

Nessa perspectiva, perante todo o panorama brasileiro frente ao êxodo rural crescente, torna-se de extrema importância a criação de políticas públicas pensadas e planejadas para atender e apoiar o agricultor familiar. Assim, no encontro dos movimentos sociais e da crítica acadêmica alguns conceitos tornaram-se fundamentais na concepção e formulação de políticas de desenvolvimento rural: a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural,

a participação dos produtores como sujeitos do desenvolvimento, a valorização do conhecimento local como pré-condição para execução de políticas justas e pouco dispendiosas.

Um aspecto fundamental na formulação das políticas públicas agrícolas é a valorização das técnicas, culturas e os saberes locais em todas as ações. Essa é, sem dúvida, a forma mais eficaz para cimentar desenvolvimento rural e uma identidade local, que vai motivar a participação da população na construção de programas e propostas.

Diante dessas mesmas demandas para se promover desenvolvimento socioeconômico e a economia alternativa e solidária, a partir da agricultura, na região de Ouro Preto e Mariana, surge o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal de Ouro Preto (NUPEDES / UFOP). Desde o seu surgimento em 2015, o núcleo implementou projetos voltados ao fomento da agricultura e comercialização local. Dentre os projetos de destaque, cita-se o Circula Agricultura como um dos de maiores visibilidades do Programa de Agricultura Familiar na UFOP.

O Circula Agricultura é um projeto de extensão do NUPEDES, que neste trabalho é abordado como uma política pública, sendo pensado e realizado para o melhoramento de renda e qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Posto isso, o presente estudo de caso junto à comunidade do Cafundão, localizada em Cachoeira do Brumado, distrito da cidade de Marina, foi possível observar que, na região, agricultura familiar é uma prática de grande relevância econômica e social. Desta forma a geração de renda é dificultada através dessas barreiras criadas. Assim a criação de novos mercados e a diversificação de renda tornam-se ferramentas para que a estagnação econômica seja superada.

Acredita-se que as políticas públicas são um bom instrumento de auxílio ao desenvolvimento e que a descontinuidade de políticas afeta negativamente o direcionamento das mesmas, uma vez que a pausa quebra os fluxos de evolução do desenvolvimento que as políticas bem aplicadas exercem. Logo, com a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento, muitas vezes as políticas não são finalizadas, prejudicando, assim, a sociedade e o próprio executor e planejador.

Como objetivo central deste trabalho, busca-se analisar novas formas de desenvolvimento econômico, identificando como os efeitos de uma política pública pausada

podem gerar empecilhos, devido à descontinuidade dos projetos e programas de auxílio à sociedade, tomando como base o caso da Associação de Cooperação Agrícola do Cafundão, enquanto parte do projeto do Circula Agricultura.

Para melhor compreensão e organização do texto, além desta introdução o presente estudo está dividido em mais quatro seções. A seção seguinte traz um Referencial Teórico, onde se encontram as teorias utilizadas acerca do desenvolvimento econômico e das políticas públicas, com ênfase naquelas voltadas à agricultura. Em seguida, é apresentada uma seção sobre Estratégia Empírica (ou metodologia) usada para o estudo de caso proposto. As últimas seções contemplam a análise do projeto Circula Agricultura e seu impacto na Comunidade do Cafundão, acompanhada das considerações finais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento econômico e social

As origens do crescimento econômico têm como “pai” Adam Smith (1776). A partir do livro “A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e Causas” nasce as vertentes de como seria possível chegar ao crescimento econômico. Para o autor, crescimento econômico se define como o aumento da capacidade produtiva de uma economia, segundo ele era necessário liberdade comercial, divisão do trabalho, especialização produtiva e intervenção mínima do Estado na economia. Ou seja, as leis da oferta e da demanda são, nesta visão, os melhores mecanismos para se alcançar, de modo rápido e eficaz, o crescimento econômico de uma nação. A partir disso, nasceram pensamentos contrários e favoráveis às ideias e proposições defendidas por Adam Smith. Porém, é preciso relatar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, as quais são expostas, pela primeira vez, na obra de Schumpeter (1982)<sup>1</sup> que explica:

“Nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado aqui como um processo do desenvolvimento” (SCHUMPETER, 1982)

Joseph Alois Schumpeter tinha como principal ponto substituir a teoria estática da Economia por sua teoria dinâmica, valorizando, assim, os saltos inovadores e tecnológicos que geram progresso na engrenagem econômica. Para ele o crescimento não poderia ser explicado apenas pelo crescimento da população e da acumulação de riquezas e renda, uma vez que esses fatos não geram mudanças reais na natureza da economia. Segundo o autor, era preciso haver desenvolvimento econômico, algo dinâmico e que realmente alterasse o fluxo usual da economia, sendo assim, algo distinto de crescimento apenas. Logo, desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica.

---

<sup>1</sup> A leitura foi feita da obra de “Os Economistas”, de 1982, mas o texto original da obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Schumpeter é de 1911.

A partir do momento em que há uma mudança na economia o comportamento do empresário e das famílias irá se alterar, porém se não há uma mudança por si só na economia é necessário que surjam inovações, rompendo assim, o fluxo contínuo. Segundo Schumpeter (1982):

“Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado nos fatos de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Mas que a economia é em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica” (SCHUMPETER, 1982)

Assim, Schumpeter (1982) inaugura o conceito de Empresário Inovador, isto é, o “agente econômico” que coloca disponível ao mercado, novos produtos, inovações e tecnologia, as quais geram eficiência na produção, fazendo com que os fatores de produção sejam melhores aproveitados. Conquistando assim, a abertura de um novo mercado. Esse agente é, portanto, um empreendedor que deve trazer ao mercado algo, extremamente novo, inédito e aplicável industrialmente. Conforme Schumpeter (1982) ao introduzir uma inovação nos meios de produção ocorre uma mudança nas condições de equilíbrio geral.

Outro autor que estuda o desenvolvimento econômico é Amartya Sen (1999) que, em sua obra “Desenvolvimento com Liberdade”, estabelece um novo conceito para pobreza, miséria e bem-estar social. Analisando o desenvolvimento econômico *versus* o conceito que de desenvolvimento apenas pela visão de acumulação de bens, renda pessoal e modernização social. Como Schumpeter (1982), o autor acredita que, para que haja um real desenvolvimento, ele deve estar acompanhado de um melhoramento na qualidade de vida da sociedade e, também, junto ao fortalecimento da liberdade do indivíduo. Como, por exemplo, ter acesso aos direitos básicos, a saber: saúde, educação, direitos civis e igualdade. Essa liberdade seria o princípio de qualquer desenvolvimento, o qual passa a ser algo mais

importante e relevante para a sociedade e indivíduo. Para Sen, esse conceito surge por duas razões: i) Avaliação ou apreciação do progresso que tem que ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas e; ii) Eficácia do desenvolvimento, dependente da ação livre das pessoas.

Desse modo, as pessoas aproveitam suas oportunidades econômicas pela liberdade política, pelos poderes sociais e acesso aos direitos como uma boa saúde e educação. Assim, Amartya Sen (1999) coloca a pobreza como um instrumento privativo das pessoas à essas potencialidades básicas, cujas pessoas que vivem em países ricos têm mais acesso a isso, apresentando maior liberdade. Tais liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc. O autor explica que as facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. Nas palavras de Sen:

“As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza. A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta (banal) e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte.” (SEN, 1999).

Outro fato importante citado pelo autor é a liberdade consolidada na democracia, onde haja espaço para que os indivíduos tenham voz ativa e possam reivindicar seus direitos. Suas críticas vão além de uma distribuição de renda e de acesso aos seus direitos, ela fala da questão social. Como por exemplo a questão das mulheres de terem voz ativa na sociedade, igualdade no mercado de trabalho e autonomia. Segundo Sen (1999), a educação e a autonomia feminina geram enormes benefícios à sociedade como criminalidade e diminuição da taxa de fecundidade, podendo resolver um grande problema futuro, que seria a superpopulação. O autor defende os direitos humanos como sendo a grande chave da liberdade e do desenvolvimento socioeconômico.



Myrdal (1965), por sua vez, com sua obra “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, fala sobre os avanços econômicos nas indústrias de países, os quais geram benefícios no mercado e trabalho, porém, segundo o autor quanto mais pobre for o país maior será a desigualdade regional desse crescimento, uma vez que: “[...] o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais”. (MYRDAL, 1965). Numa perspectiva brasileira, de acordo com Celso Furtado (2003): "o Brasil continua sendo uma constelação de regiões de distintos níveis de desenvolvimento, com uma grande heterogeneidade social e graves problemas sociais"

Nos seus estudos, Myrdal (1965) aborda sobre desenvolvimento regional e afirma que o mesmo vem acompanhado de melhorias no transporte, nível educacional, dinamismo entre ideias e valores, que são fortes propulsores da expansão econômica. Talvez o que funcione para desenvolver certa região não irá funcionar tão bem para outra. Por isso, na maioria das vezes as dificuldades locais geram empecilhos ao desenvolvimento em comparações com outros métodos já utilizados. Assim, uma importante chave para o crescimento econômico, é o desenvolvimento regional, ou seja, o desenvolvimento que parte, por exemplo, de uma pequena associação, gerando impacto em uma comunidade que, com o melhoramento de renda e de qualidade de vida, torna-se ativa economicamente ao centro econômico em que pertence e desencadeia um crescimento. Desse modo, pensar pequenos núcleos de desenvolvimento é uma saída à estagnação econômica e social.

Na mesma perspectiva, Draibe (2006) fala sobre o bem-estar social adquirido junto ao desenvolvimento econômico e cidadania. Segundo a autora, há três eixos a serem seguidos: i) a análise integrada da economia e da política social; ii) análise histórica comparada dos estados e regimes de bem-estar e; iii) dimensões de família e gênero na estruturação dos tipos de *Welfare States* (ou Estado de Bem-Estar Social). Segundo Draibe, o Estado de Bem-Estar Social é um modo de organização no qual o Estado se encarrega da promoção social e da economia, no qual o Estado é organizador da política e da economia, encarregando-se da promoção e defesa social. Além disso, o Estado atua ao lado de sindicatos e empresas privadas, atendendo às características de cada país, com o intuito de garantir serviços públicos e proteção à população. Sua base vem de Keynes, por volta de 1930.

Draibe (2006) ainda faz uma análise da estagnação dos países latino americanos, o que estaria ligado aos atributos econômicos ou da ineficiência de redução significativa da pobreza, o que também poderia ocorrer graças a imposição da crença em um único ou poucos modelos de reformas de programas sociais. Analisando a política e economia social, sobre a ótica do bem-estar-social, questões de gênero e as relações familiares sobre a sociedade, Draibe (2006) coloca as políticas públicas sociais como uma alavanca para o desenvolvimento econômico. Segundo a autora, a política econômica não associada à política social não gera desenvolvimento. Nem sempre essas políticas geram uma real distribuição de renda, assim há um crescimento e não um desenvolvimento, por isso é necessário haver inserção produtiva e desenvolvimentismo, por meio da provisão social distribuída entre Estado, mercado, família e sociedade civil. Além de um sistema público de políticas sociais em educação, saúde e desenvolvimento, solidariedade para reduzir as desigualdades sociais, entre outros.

Conforme Draibe (2006), com a inserção produtiva é possível gerar o Estado de Bem-Estar Ativo, com o objetivo de transformar os cidadãos de meros receptores passivos de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, coprodutoras da sua própria proteção social. As políticas públicas devem ser pensadas para a formulação de projetos a serem desenvolvidos e implantados e que tenham continuidade e façam mudanças reais, para que não haja estagnação ao fim dos projetos. Por isso, amenizar os desequilíbrios regionais e a má distribuição de renda faria com que o crescimento econômico vire desenvolvimento econômico (DRAIBE, 2006). Sob essa ótica, a autora coloca como o grande empecilho às descontinuidades das políticas públicas, uma vez que as políticas devem ser formuladas para promover e facilitar o crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social. Dessa forma, essas políticas devem ser idealizadas e colocadas em prática para ampliar a participação econômica dos indivíduos e aumentar o crescimento da economia. Diminuindo assim, os impactos do crescimento na sociedade e no meio-ambiente, ou seja, um crescimento sustentável socialmente e ambientalmente. Voltando a análise das famílias e dos gêneros, vale lembrar que ambos carregam suma importância na construção das relações sociais, pois ambos são conceitos-base para a formação de políticas sociais:

“Do ponto de vista da provisão social, os sistemas de proteção social tem origem sobre uma dada divisão sexual do trabalho, que reflete na realidade a estrutura de

poder predominante nas famílias. O patriarcado, ou a família patriarcal, constitui o modelo típico de família, fundada na superioridade hierárquica do homem sobre a mulher e reforçada ainda pela legislação e pelas tradições relativas ao matrimônio”. (DRAIBE, 2006)

Essas questões da mulher perante a sociedade patriarcal parecem criar dificuldades de inserir a mulher de forma igualitária. Porém, é uma demanda necessária para o desenvolvimento social. Draibe, então, faz uma análise histórica crítica comparativa dos países da América Latina com diversos casos mundiais, a fim de explorar as potencialidades do desenvolvimento sustentável dentro das matrizes das políticas públicas sociais. Dentro de um Estado eficiente tanto no âmbito econômico como no social. Caminhando assim, para o Estado de Bem-Estar Social igualitário e inclusivo.

## **2.2 Alternativas ao Desenvolvimento**

Como dito anteriormente, para que o desenvolvimento seja alcançado é preciso que sejam superados os limites do tipo tradicional e limitado da análise econômica. Pensar em um crescimento baseado apenas na indústria e concorrência é limitar as possibilidades econômicas regionais. Indo na contramão desta tendência, o movimento da economia alternativa ganha cada vez mais espaço no momento atual, a cada dia que se passa surgem novos conceitos que recriam as atividades e os hábitos econômicos, desencadeando um mercado mais direto e uma economia inclusiva, onde o pequeno produtor ganha espaço e voz. Ou seja, o dinamismo, a cultura e a criatividade passam a ser bons negócios. Nesse âmbito, as economias solidária e criativa (ou cultural) ganham espaço quando o assunto é desenvolvimento regional, pois apresentam soluções práticas e de baixo custo, transformando relações de trabalho, abrindo novos mercados e se tornando uma ferramenta inclusiva. Acontece que as mudanças permanentes na produtividade e nas relações de trabalho são dos componentes mais importantes para o desenvolvimento Regional.

A economia criativa, segundo John Howkins (2001), em seu livro “*The Creative Economy*”, é formada por:

“atividades nas quais resultam em indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor econômico. Pode ser definida como processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, usando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos”. (Howkins, 2001)

Essa vertente criativa acredita que esse é o caminho para uma sociedade mais coletiva e sustentável, muitas *startups* e coletivos de empresas seguem esses conceitos, baseado nas necessidades atuais da sociedade.

A economia solidária, por sua vez, é uma saída alternativa para o desenvolvimento regional, ela consiste em ações econômicas, muitas vezes de pequena escala baseadas na autogestão na democracia e na cooperação. Fugindo da usual forma de crescimento capitalista. Assim, a maximização do lucro e relação empregador-trabalhador é substituída pelo trabalho cooperativista e solidário, envolvendo todos os pequenos produtores em uma nova perspectiva de mercado, dando destaque a comunidade local e ao desenvolvimento da região. Segundo Paul Singer (2006), a economia solidária é como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade, seja de direitos ou dos meios de produção, os quais são de posse coletiva dos que trabalham com eles, é uma característica central. Além disso, é uma alternativa de autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma democrática. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Essa alternativa (Economia Social ou Solidária) tem um importante papel político, por representar um movimento que luta pela mudança na sociedade, cujo mercado não gira em torno de grandes empresas ou latifundiários, mas a população é quem constrói uma economia baseada em valores democráticos e cooperativos. Não obstante, é um movimento que conscientiza os indivíduos do consumo e da tamanha importância dos bens dos produtores locais, fortalecendo a relação produtor-consumidor, onde não há assimetria de informação. Assim, o pensamento de que o desenvolvimento está ligado à maior qualidade de vida, liberdade e bem-estar social ganha forma, pois esse método alternativo não engloba só a esfera econômica, mas também a social, cultural, ambiental e humana. O agricultor e o

artesão passam a ser importantes na democratização econômica, o que cria um mercado alternativo socialmente justo e sustentável, cuja economia solidária passa a ser um importante instrumento de inclusão social e combate ao desemprego. Sobre esse aspecto, em sua obra “O Banqueiro dos Pobres”, Yunus (2010) mostra como o microcrédito pode dinamizar e estimular a economia local, reduzindo a pobreza e o desemprego, levando a grandes resultados, inclusive criar autonomia, liberdade e inclusão feminina.

Conforme Yunus (2010)<sup>2</sup>, o microcrédito consiste em empréstimos de pequeno valor, em condições bem mais justas que as empresas de crédito e bancos geralmente oferecem, são empréstimos direcionados a pequenos produtores, ou pessoas que estão começando a empreender. Segundo o autor, é uma política de combate a pobreza. Ele observou uma demanda recorrente que população de baixa renda apresentava, a necessidade de crédito, e as dificuldades por ela, para ter acesso. Em 1976, ele começou com os próprios recursos a conceder pequenos empréstimos a essa população. Isso fica evidente na atual sociedade, marcada pelas desigualdades sociais e econômicas, em que é necessário o papel do Estado como mediador, criando políticas públicas que, quando bem executadas, são um grande instrumento de transformação e consideradas alternativas ao desenvolvimento econômico.

### **2.3 Políticas Públicas e sua importância como instrumento de desenvolvimento socioeconômico**

Nas últimas décadas, as políticas públicas implementadas e voltadas ao desenvolvimento têm ganhado espaço na administração pública. Segundo Labra (1990), as políticas públicas seriam “a busca permanente de um compromisso amoral entre forças contrapostas, ou bem a imposição de tal compromisso acima dos grupos contendores por algum corpo soberano”. A relação Estado e sociedade é complexa e resulta de demandas de ambos os lados, pois querem maximizar os benefícios e reduzir custos. Assim, os indivíduos formam grupos para defender seus interesses e ganhar força política para reivindicá-los. “(...)

---

<sup>2</sup> Muhammad Yunus é um economista de Bengali, em 2006 recebeu o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu trabalho pioneiro com o microcrédito.

Esta concepção valoriza o tipo de política social que contribui para ampliar o crescimento econômico e a participação das pessoas na geração da própria renda” (DRAIBE, 2006, p. 31).

Para a formulação de políticas públicas é necessário, uma análise da sociedade e das condições específicas na qual a política será aplicada. Segundo Saraiva (2006):

“Por princípio, a política social é fornecedora de um bem público. Um bem que é custeado pelo conjunto da sociedade e dirigido a todos aqueles a ela pertencentes; ou seja, são todos tanto responsáveis quanto mercedores, mesmo que jamais o requeiram. Assim, a política social inclui a noção do direito e do dever sobre os bens sociais”. (SARAIVA, 2006):

Rua (1998) fala sobre a criação das políticas públicas, as quais são *outputs* (produtos) resultantes da atividade política e “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores e, assim resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e, frequentemente, de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político)” (Rua, 1998). Essas demandas dos *inputs* (insumos) seriam necessidades da sociedade civil, reivindicações a direitos como a saúde, qualidade de ensino, transporte e etc. Já as demandas dos *withinputs* (insumos intermediários) são provenientes do próprio sistema político, vinda dos parlamentares, ministros e de todo corpo político. Assim, criam-se novos problemas políticos, já as demandas recorrentes tratam de problemas existentes e não resolvidos, que sempre voltam a aparecer tanto na sociedade como no debate político. A partir dessas demandas, as políticas serão formuladas, o que não quer dizer que serão colocadas em prática, pois há critérios para isso, sendo o mais simples e eficaz, de acordo com Rua, o de estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em questão. Ou seja, quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão, pois, pode ocorrer também,

“A não decisão não se refere à ausência de decisão sobre uma questão que foi incluída na agenda política. Isso seria, mais propriamente resultado do emperramento do processo decisório. Não decisão significa que determinadas temáticas que ameaçam fortes interesses, ou que contrariam os códigos de valores

de uma sociedade (e, da mesma forma, ameaçam interesses) encontram obstáculos diversos e de variada intensidade à sua transformação de um estado de coisas em um problema político”. (RUA, 1998)

Há ainda, o “estado de coisas” onde as insatisfações dos indivíduos se acumulam e, mesmo assim, não se tornam prioridades dos atores políticos e, quando passam a ser do interesse político tornam-se problemas políticos, quando há mobilização de ação. Para isso, é necessário:

“(a) mobilização política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados; (b) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; (c) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema.” (RUA, 1998).

A implementação, segunda Rua (1998), é a “formulação em processo”, onde as reais e grandes decisões são tomadas, a implementação passa a ser uma continuação da formulação da política pública. Assim nascem as políticas, das demandas que são criadas nesse sistema social. Depois de criadas, Rua ainda chama a atenção para o acompanhamento e controle das políticas, o que deve incluir: i) o tipo de política e de arena política; ii) o contexto inter e intraorganizacional, dentro do qual ocorre a implementação e; iii) o mundo externo sobre o qual a política deverá exercer o seu impacto.

## **2.4 A agricultura familiar como política alternativa de desenvolvimento socioeconômico em regiões vulneráveis em Minas Gerais**

Com as características marcantes de práticas tradicionais de cultivo e de baixo impacto ambiental, a agricultura familiar tem sido grande aliada da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. Em geral, o Brasil vem apresentando evoluções e avanços no acesso a políticas públicas na última década, seja pela maior participação dos agricultores familiares na formulação destas políticas ou pela ampliação da oferta de programas e projetos

estaduais e federais direcionados e adequados à realidade da agricultura familiar. Cada vez mais nascem políticas voltadas para o incentivo dessa atividade, dentre elas destacam-se: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Garantia Safra.

No interior de Minas Gerais, o auxílio da EMATER-MG<sup>3</sup> constitui ferramenta essencial para os pequenos produtores, operando políticas públicas que contribuem para o melhoramento do ambiente rural e na qualidade de vida das famílias desse meio. Tudo isso, auxiliando e orientando os agricultores familiares e suas organizações no desenvolvimento de sistemas de produção, para que os mesmos sejam sustentáveis e gerem renda suficiente para conferir competitividade aos negócios que sustentam as propriedades rurais e permitem às famílias rurais vida digna e com qualidade. A EMATER-MG enfatiza: a produção agropecuária com inclusão socioeconômica e produtiva de agricultores e jovens rurais, assessoramento técnico às unidades individuais e coletivas de beneficiamento e processamento de alimento, organização e fortalecimento das formas associativistas, entre outros fomentos e implementações de políticas públicas voltadas ao setor. A tabela 1 mostra o número de atendimentos da empresa nas mesorregiões mineiras, o que demonstra sua importância em Minas Gerais.

**Tabela 1:** Número de atendimentos realizados pela EMATER-MG a Agricultores Familiares e percentuais de participação – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas (2013)

Mesorregião	Número de Atendimentos da EMATER a Agricultores Familiares (A)	Participação - Total de Atendimentos (%) (A/T)
Campo das Vertentes	14.082	3,53%
Central Mineira	8.668	2,18%
Jequitinhonha	31.612	7,93%
Metropolitana de Belo Horizonte	22.983	5,77%
Noroeste de Minas	11.342	2,85%
Norte de Minas	104.189	26,15%

<sup>3</sup> É a maior empresa pública do setor no Brasil. Fundada em 1948, ela também foi a primeira a ser criada Brasil. Atualmente, a Emater-MG está presente em cerca de 790 municípios do Estado, e seu trabalho virou referência nacional. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo do Estado de Minas Gerais, a Empresa é responsável pelo atendimento a aproximadamente 400 mil agricultores mineiros.



Oeste de Minas	17.263	4,33%
Sul/Sudoeste de Minas	53.832	13,51%
Triângulo/Alto Paranaíba	25.783	6,47%
Vale do Mucuri	17.058	4,28%
Vale do Rio Doce	30.812	7,73%
Zona da Mata	60.789	15,26%
<b>MINAS GERAIS (T)</b>	<b>389.413</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de “Perfil da Agricultura familiar - Ministério de Desenvolvimento Agrário” (2013)

Como se nota, o maior número de agricultores atendidos é da região Norte de Minas, que também tem um índice de pobreza e vulnerabilidade mais elevado, o que evidencia a importância das políticas implementadas para desenvolvimento local. A EMATER-MG também auxilia os produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que uma das modalidades é a compra institucional, a qual permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas. Na tabela 2, observa-se as benfeitorias desse tipo de política para os fornecedores (agricultores) e os beneficiários.

**Tabela 2:** Número de agricultores fornecedores, volume de recursos aplicados, quantidade adquirida/doada e número de pessoas beneficiadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por categoria – Minas Gerais, 2011-2012

Categoria	Nº agricultores fornecedores		Volume de recursos aplicados (R\$)		Quantidade adquirida/doada (Kg)		Nº de pessoas beneficiadas
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2012
PAA							
Municipal (Convênios)	2.524	3.289	8.396.739,37	11.475.220,24	4.224.561	5.401.384	5.866
PAA CONAB	9.762	10.043	42.026.703,72	42.323.738,22	23.440.989	21.089.317	18.208.960
PAA Leite (IDENE)	5.709	6.016	32.602.262,00	33.580.708,93	48.065.049	46.215.006	197.647
<b>Total</b>	<b>20.006</b>	<b>21.360</b>	<b>83.027.716,09</b>	<b>87.381.679,39</b>	<b>75.732.610</b>	<b>72.707.719</b>	<b>18.414.485</b>

Fonte: Sistema PAA Data, Perfil da Agricultura familiar - Ministério de Desenvolvimento Agrário, ano 2013

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. O PAA traz benefícios para quem vende e para quem consome, pois os alimentos são adquiridos diretamente dos produtores familiares e abastecem as mesas de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Criando um novo mercado e garantindo o acesso à população a alimentos de qualidade.

No que diz respeito à Alimentação e Merenda Escolar, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Pnae devem ser utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Logo, a compra institucional da agricultura familiar é parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar a produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Tais formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproximam a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional. Assim, o apoio ao desenvolvimento sustentável local ocorre pela priorização da compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos e que sejam produzidos no próprio município

Na tabela 3 é possível observar o número de DAPs ativas e seu percentual de participação nas mesorregiões do estado mineiro:

**Tabela 3:** Número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP's), DAP's ativas e percentuais de participação – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas (2013)

Mesorregião	Total de DAP's (A)	Total DAP's ativas (B)	DAP's ativas / DAP's (B/A)	DAP's (%) (A/T)	DAP's ativas (%) (B/T)
Campo das Vertentes	9.044	6.333	70,02%	1,78%	1,70%
Central Mineira	7.582	5.529	72,92%	1,49%	1,49%
Jequitinhonha	55.521	40.625	73,17%	10,90%	10,93%
Metropolitana de Belo Horizonte	16.326	13.479	82,56%	3,21%	3,63%
Noroeste de Minas	14.571	8.652	59,38%	2,86%	2,33%
Norte de Minas	170.872	118.069	69,10%	33,56%	31,78%
Oeste de Minas	16.773	12.937	77,13%	3,29%	3,48%
Sul/Sudoeste de Minas	65.159	50.872	78,07%	12,80%	13,69%
Triângulo/Alto Paranaíba	31.122	20.374	65,46%	6,11%	5,48%
Vale do Mucuri	22.901	16.377	71,51%	4,50%	4,41%
Vale do Rio Doce	39.247	32.166	81,96%	7,71%	8,66%
Zona da Mata	60.022	46.133	76,86%	11,79%	12,42%
<b>MINAS GERAIS (T)</b>	<b>509.140</b>	<b>371.546</b>	<b>72,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de “Perfil da Agricultura familiar - Ministério de Desenvolvimento Agrário” (2013)

O PRONAF, por sua vez, é um programa de crédito que permite acesso aos recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo. As principais linhas de crédito do Pronaf são: Pronaf Custeio, Pronaf Investimento, Microcrédito Rural, Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Eco, Pronaf Agroindústria, Pronaf Semiárido,

Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiar e Pronaf Cota-Parte. (Ministério do Desenvolvimento agrário, 2013)

A EMATER auxiliar na captação do PRONAF elaborando projetos técnicos para o acesso ao crédito rural, orientando os produtores que apresentam interesse a acessar o programa de crédito, elaborando projetos para serem apresentados à instituição financeira. Além disso, a EMATER é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), a partir da DAP o projeto é encaminhado para a análise de crédito.

## 2.5 O Projeto Circula Agricultura como fomentador do desenvolvimento local

O Circula Agricultura é um projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que teve início em Janeiro de 2016, a partir do Primeiro Encontro de Agricultura Familiar realizado na UFOP.



**Figura 1:** Atual logo do Circula  
Fonte: Projeto Circula Agricultura (2017)

Este projeto visa a realização de feiras continuadas para produtos da agricultura familiar nas dependências da UFOP. A ideia por detrás era a realização das feiras de agricultura familiar, com o intuito de gerar trabalho e renda para as famílias de agricultores vulneráveis, principalmente, após os impactos socioeconômicos advindos do rompimento da

barragem da Samarco em 2015. Participam do projeto uma família de atingidos, do distrito marianense de Monsenhor Horta, e uma família da comunidade de assentamento do Cafundão. A realização das feiras periódicas potencializa o desenvolvimento socioeconômico dos distritos rurais da região e viabiliza o acesso aos alimentos de qualidade a preços justos para a comunidade universitária e local.

Conforme informações do Projeto Circula Agricultura, o projeto tem foco nos processos sociais que envolvem a construção e fortalecimento de organizações de agricultores familiares e de mercados específicos para a produção da agricultura familiar, como os mercados justos e solidários, agroecológicos. Baseia-se ainda no conceito de “circuitos curtos”, que permitem uma articulação direta entre produtores e consumidores, garantindo melhor remuneração para os produtores e uma alimentação de qualidade para os consumidores. Esses mecanismos de comercialização promovem novas oportunidades de inserção econômica da agricultura familiar, garantem segurança alimentar e nutricional e se associam a formas de desenvolvimento local.

Na região de Mariana a agricultura familiar é uma atividade de grande relevância econômica e social. No entanto, apesar da importância da atividade para a região, os agricultores familiares encontram dificuldades em comercializar sua produção, o que se dá geralmente por meio de atravessadores e, mais recentemente, tem se buscado a inserção nos mercados institucionais. Da parte dos consumidores, há poucas opções para a compra de produtos da agricultura familiar e agroecológicos na região. Por isso é preciso focar em processos sociais que envolvem a construção e fortalecimento de organizações de agricultores familiares e de mercados específicos para a produção da agricultura familiar, como os mercados justos e solidários, agroecológicos, garantindo assim uma melhor remuneração.



**Figura 2:** horta e agricultora familiar da comunidade do Cafundão

Fonte: Projeto Circula Agricultura (2016)

O projeto Circula Agricultura estabeleceu as seguintes metas:

- I – Possibilitar às comunidades da UFOP e dos municípios de Ouro Preto e Mariana, enquanto consumidores, a aquisição de alimentos com qualidade e rastreabilidade de origem, a preços acessíveis;
- II – Promover a comercialização direta pelos agricultores familiares, preferencialmente vinculados a sistemas coletivos de produção e gestão;
- III – Possibilitar aos agricultores familiares da região de Ouro Preto e Mariana o acesso a novos mercados;
- IV – Trocar experiência e vivência entre consumidores e agricultores familiares;
- V – Promover a geração de trabalho e renda aos agricultores familiares na região do projeto;
- VI – Promover formas de desenvolvimento local sustentável para a região de Ouro Preto e Mariana
- VII – Incentivar o consumo de alimentos saudáveis;
- VIII – Contribuir com a humanização dos espaços internos da UFOP;
- IX – Proporcionar o aumento do rol de serviços ofertados aos frequentadores da UFOP

Para mais detalhes, o estudo de caso apresentado neste trabalho traz um panorama básico sobre os primeiros resultados das políticas estratégicas encontradas no “Circula”.

## **2.6 A problemática da descontinuidade de políticas públicas**

Um dos motivos que leva às falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento, de acordo com algumas visões da prática ou de pensamento Como Rua (1998) mesmo fala do processo da implementação, onde se dá o rumo da política.

Apesar da criação de inúmeros programas voltados para o campo, falar da inclusão desses programas é de suma importância. Nem sempre os agricultores conseguem ter acesso, aos programas, seja por falta de acesso às informações ou pela falta de conhecimento dos direitos, ou mesmo devido às complicações impostas pelo interesse público.

Quando o assunto é crédito ao produtor, muitas vezes os produtores familiares, encontram-se descapitalizados e com baixa produtividade. Segundo Yunus (2010), o microcrédito é uma política de combate à pobreza, são empréstimos direcionados a pequenos produtores ou pessoas que estão começando a empreender. O fato é que eles não estariam em condições de tomar recursos para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. Pelo menos na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado, uma vez que seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais.

A partir disso, surge a problemática de como é feita a aplicação das políticas públicas pelo governo e a necessidade de se recriar a institucionalidade, cujo bem-estar social seja de fato alcançado, Rua (1998) discute sobre novos problemas políticos, de demandas recorrentes que tratam de problemas existentes e não resolvidos, que sempre voltam a aparecer tanto na sociedade como no debate político. Sobre isso, Draibe (2006) fala que o bem-estar social deve ser adquirido junto ao desenvolvimento econômico e da cidadania. Nesse caso, as políticas deveriam ser pensadas e formuladas de forma inclusiva, para que o pequeno produtor seja integrado às oportunidades propostas pelo Estado, de maneira que sejam mais do que interesses políticos envolvidos na criação dessas propostas, para que as políticas públicas sejam completas, ou seja, se obtenha o alcance que se deseja, suprimindo as demandas necessárias. Por isso, Rua chama a atenção para o acompanhamento e controle das políticas, o qual é o objetivo do presente trabalho.

### 3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O setor agrícola pode ser considerado fundamental para o crescimento econômico, uma vez que propicia a interligação entre os demais setores econômicos através da produção de matérias-primas e alimentos para o consumo. Assim surge a importância dos estudos e análises das dificuldades enfrentadas pelo meio rural e a execução de projetos direcionados a esse meio. O investimento neste mercado local para a produção agroecológica dos agricultores da região representa um caminho para a geração de renda e desenvolvimento, bem como contribui para a segurança alimentar e nutricional da população local.

Pensando nisso, a metodologia desta pesquisa baseia-se no trabalho conjunto ao projeto Circula Agricultura, em visitas técnicas nas comunidades rurais e na análise de dados e relatórios coletados nas feiras e nas visitas técnicas. Foram feitos levantamentos visando a caracterização da oferta e da demanda por produtos agroecológicos e dos preços praticados no varejo da região de Mariana. Com isso, buscamos a “construção social dos mercados”, conforme a perspectiva analítica da sociologia econômica.

Tomando como base o levantamento estatístico e descritivo de outras frentes do NUPEDS, junto ao Circula, buscamos caracterizar a oferta e a demanda por produtos agroecológicos e dos preços praticados no varejo regional. Isso, com a finalidade de avaliarmos as principais demandas de produtos agroecológicos na região, assumindo que nossa pesquisa focou, principalmente, no consumo desses alimentos dentro da UFOP. Para tanto, as frentes do NUPEDS aplicou um questionário com os principais levantamentos, indicando preferências alimentares, quantidade de consumo semanal, preço dos produtos, preferências de localização e perfis sociodemográficos, socioeconômicos, entre outros. Através da aplicação e análise do questionário, foi possível pontuar os principais resultados, a fim de tornar a feira mais eficiente de acordo com a preferência do consumidor, traçando um perfil.

Toda pesquisa é baseada nos autores abordados na literatura econômica do desenvolvimento socioeconômico, da agricultura familiar e da economia solidária.

Com a análise do estudo de caso e o estudo da teoria econômica é possível comparar o projeto com uma política pública social, aplicado para o desenvolvimento socioeconômico



local. Como o projeto sofreu um corte em um período de alguns meses, é possível fazer a análise dos atrasos causados pela descontinuidade do projeto, comparando-o às políticas que apresentam resultados positivos e, que quando sofrem cortes ou pausas ao longo de sua execução, foi feita uma análise de *inputs* (insumos), como recomendado por Rua (1998), que seriam necessidades da sociedade civil, reivindicações a direitos como a saúde, qualidade de ensino, transporte, etc. Além disso, estudou-se as dificuldades da comunidade em se enquadrar nas políticas disponíveis para agricultura familiar, dificuldades recorrentes que se criam pela falta de informação, acesso às políticas e pela alta burocracia imposta pelo Estado.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Análise dos efeitos do Projeto Circula Agricultura para as famílias assistidas

Durante o período de Janeiro de 2016 a Julho de 2016, seguimos acompanhando a comunidade do Cafundão, localizada em Cachoeira do Brumado, distrito de Mariana. Naquele ano, junto àquela comunidade, que é caracterizada como comunidade de assentamento rural, percebemos que a mesma mostrou sinais de desenvolvimento socioeconômico não outrora não esperado. A figura 2 mostra os produtos comercializados pelo Cafundão e o agricultor seu Zé Jiló, como é conhecido, em atividade na feira que ocorre no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UFOP.

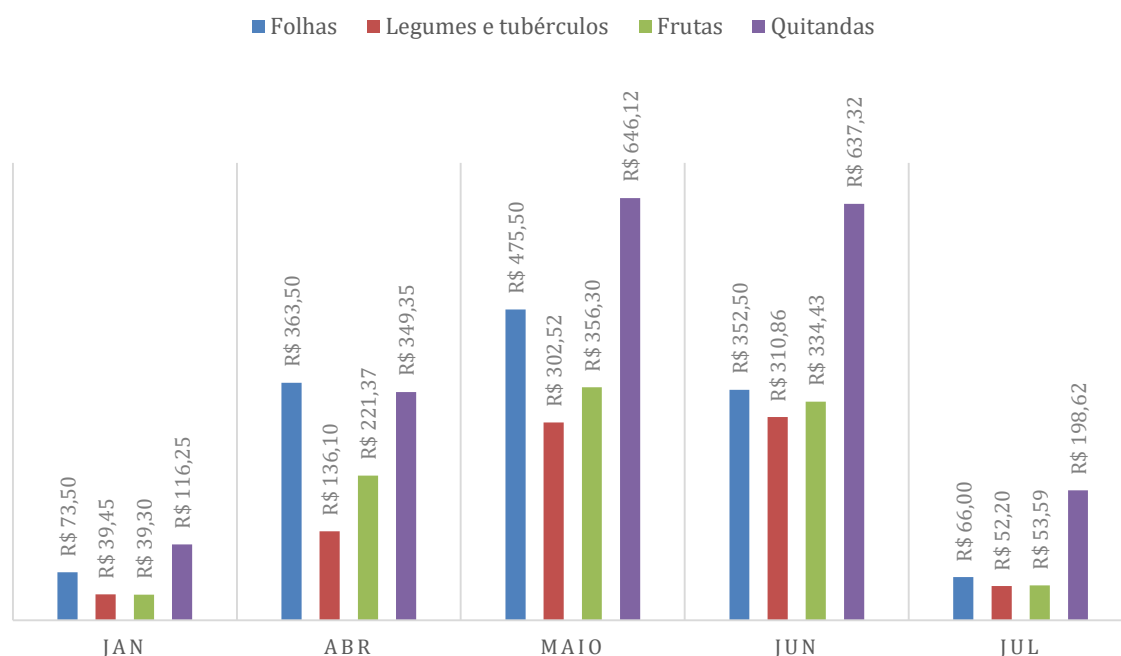


**Figura 3:** Imagens do Seu Zé agricultor da Comunidade do Cafundão que participa do Circula  
Fonte: Projeto Circula Agricultura (2017)

Em primeiro lugar, até o momento, as feiras realizadas conseguiram atrair um público expressivo. O projeto da feira Circula Agricultura destina-se à venda, exclusivamente, no

varejo de produtos da agricultura familiar produzidos pelos membros das organizações sociais participantes situadas, preferencialmente, nos municípios de Ouro Preto e Mariana.

A figura 4 mostra o acompanhamento de vendas da comunidade do Cafundão no período de Janeiro de 2016 a Julho de 2016.

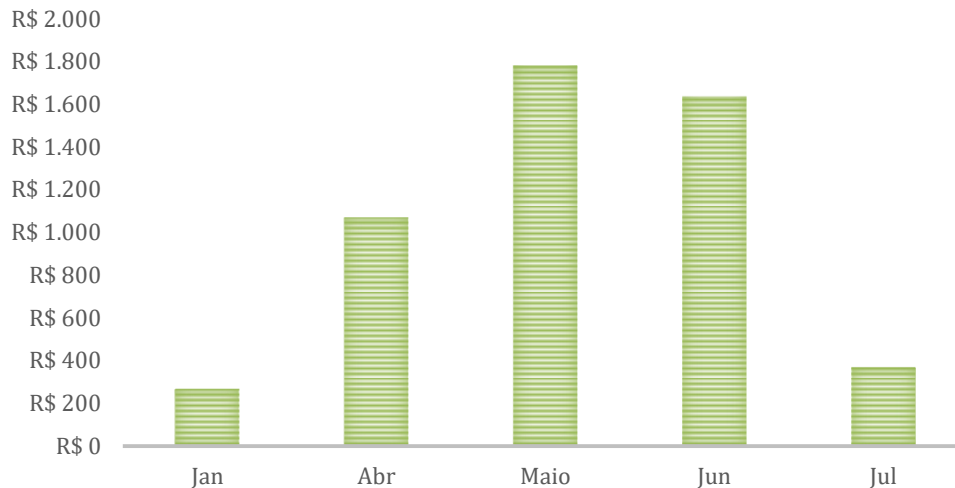


**Figura 4:** Vendas mensais da família de agricultores do Cafundão, por tipo de produtos nas feiras realizadas da UFOP

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa

A partir do gráfico da figura 4 podemos ver que, nesse período, as quitandas foram os produtos preferenciais dos consumidores. Os períodos de maio e junho apresentaram maiores números de venda, decorrentes de maior divulgação e estratégias de *marketing* utilizadas em plataformas digitais do projeto e compras *online* no período de férias. Ademais, os dados recolhidos em janeiro referem-se ao “Primeiro Encontro da Agricultura Familiar” realizado na UFOP, a partir deste encontro o projeto Circula foi implementado oficialmente em março de 2016 e, em abril a coleta de dados das vendas começaram a ser feitas.

A figura 5 mostra o gráfico com o total de vendas durante o período analisado.



**Figura 5:** Vendas mensais totais da família de agricultores do Cafundão de produtos nas feiras realizadas da UFOP

Nota: não houve dados para os meses de fevereiro e março, pois, o projeto começou a ser executado oficialmente em março de 2016

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa

No período em questão, o total de vendas foi de R\$ 5.124,77, direcionados à famílias que anteriormente não possuíam esse renda e eram totalmente dependentes do artesanato e da confecção de panelas de pedra. Essas famílias sofriam com atravessadores de matérias-primas e mercados restritos para a venda dos produtos confeccionados. Nesse sentido, é possível observar que a realização das férias trouxe um significativo aumento na renda das famílias que comercializam nesse período e ainda comercializam nas feiras do Circula.

Do lado dos consumidores, foi feita a aplicação de um questionário por um dos projetos do NUPEDES, para realizar o estudo do perfil dos consumidores. Dentre a escolha dos produtos agroecológicos e/ou orgânicos, observamos uma preferência por hortaliças e legumes e frutas como cenoura, tomate e banana. Essa escolha se dá ao fato desses produtos serem mais saudáveis, com pouco ou nenhum uso de agroquímicos e melhores condições ao meio ambiente. Outro ponto, que nossa maior gama de consumidores é de estudantes,

dispostos a pagar um preço acessível, com qualidade e, ao mesmo tempo, prezando pela localização das feiras próximas à região da UFOP ou bairros perto de casa. O principal fato está associado à questão de passarem tempo considerável realizando atividades na Universidade. Outro fato que corrobora esse tempo próximo à UFOP é que há uma preferência sobre a realização das feiras em eventos da Universidade e em feriados.

O grande passo da comunidade foi regularização da associação de Agricultores do Cafundão. Foi algo demorado e burocrático – mais uma vez a burocracia se apresenta como empecilho a programas do governo – além do alto custo para a regularização. No entanto, a comunidade contou com a assistência jurídica da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), conseguindo a entrar no programa de compra institucional do Governo para merenda escolar. Importante ressaltar que as compras institucionais são ferramentas para a consolidação dos mercados e das atividades produtivas. Com a entrada nesse programa, a Comunidade ganhou outro mercado forte para comercializar do seu produto.

Nota-se que isso, fortalece o desenvolvimento local, como previsto na literatura de Myrdal (1965), que vê o crescimento econômico associado ao desenvolvimento regional. Ou seja, o desenvolvimento que parte, por exemplo, de uma pequena associação, gerando impacto em uma comunidade que, com o melhoramento de renda e de qualidade de vida, torna-se ativa economicamente ao centro econômico em que pertence e desencadeia um crescimento.

Outro grande avanço visto dentro da comunidade é a participação das mulheres na comercialização e atuação dentro da comunidade. Fazendo um paralelo com o pensamento de Sen (2009), cuja liberdade consolidada na democracia, vemos que os indivíduos precisam ter voz ativa e possam reivindicar seus direitos, que vão além de uma distribuição de renda e de acesso aos seus direitos, é uma questão social. Como por exemplo a questão das mulheres de terem voz ativa na sociedade, igualdade no mercado de trabalho e autonomia.

O Circula foi um projeto que, desde o seu início, teve o apoio maior das mulheres da comunidade, pois elas eram as que mais sofriam com falta de matéria-prima, devido aos atravessadores para a fabricação dos artesanatos de sisal, principal fonte de renda das mulheres daquela comunidade. Além da venda de sua produção ter permitido um aumento da renda familiar em geral, criou também uma fonte de renda, em especial, a feminina, o que tem

repercutido no fortalecimento da participação das mulheres nas atividades da comunidade como um todo, inclusive na associação local e na vida política. Isso reafirma Draibe (2006) e Yunus (2010) sobre a importância das mulheres terem voz ativa na sociedade e como o desenvolvimento econômico deve caminhar para uma sociedade mais democrática e inclusiva.

#### **4.2 Efeitos da descontinuidade de políticas: o caso do Programa de Agricultura Familiar na UFOP**

Em um país em desenvolvimento e vasto como o Brasil, onde existem grandes divergências sociais, com histórico de crises econômicas e inflacionárias, produzir por meio de uma associação ou cooperativa local abre espaço para o desenvolvimento regional e para a união de pequenos produtores, tal como artesãos, agricultores familiares, catadores, etc. Isso porque a cultura regional é definida por questões institucionais e sociais, sendo que os fatores considerados essenciais para a melhoria da qualidade de vida em uma determinada região são parte de um processo social global, atingido de forma mais simples quando iniciado em um dado local. Fazendo um paralelo ao que diz Myrdal, o desenvolvimento regional vem atrelado à cultura local, que exerce impacto direto sobre as atividades econômicas. Por isso, não se pode ter um pensamento mecânico e premeditado, mostrando que a busca por métodos alternativos vai além do crescimento da indústria, a exemplo das atividades conjuntas em comunidade e cooperativas.

No final de 2016, ocorreu a greve das muitas universidades federais no Brasil, nesse mesmo período ocorreu a ocupação da universidade por alguns alunos, a UFOP também aderiu a greve e suas atividades foram pausadas. As feiras continuaram a ser realizadas, porém, a maioria dos consumidores são alunos, que nesse período, devido à greve, não estavam presentes no *campus* da UFOP. Com o menor fluxo de pessoas na universidade houve queda nas vendas, assim, criamos o sistema de encomendas, onde passamos por dificuldades na entregas, pois os produtores iam para o *campus* entregar as encomendas e ocorria muitos desencontros com o consumidores, dificultando as vendas.

No início de 2017, quando o projeto Circula Agricultura, foi submetido ao edital, da Pró-reitoria de Extensão da UFOP (PROEX), o mesmo foi avaliado e reprovado. Segundo os avaliadores o Circula não tinha padrões de projeto de extensão. Então, o Circula perdeu sua parceria formal com a UFOP durante um tempo, ficou sem bolsas e sem acesso aos recursos da UFOP. Assim que o projeto foi reprovado, os orientadores responsáveis pelo projeto entraram com um recurso, o que tramitou por alguns meses. Entretanto as feiras, que começaram a ser feitas e outros *campi* da universidade e institutos, foram permitidas e seguiram em funcionamento apenas no ICSA. A parceria do Circula com a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, também foi fundamental para o Cafundão, pois auxiliava no transporte que buscava e levava os feirantes, acompanhados de suas mercadorias, como forma de fomento do desenvolvimento rural local.

Como apresentado o Circula Agricultura é um projeto de extensão, que apresentou grandes melhores em um curto prazo de tempo e as feiras conquistaram espaço na UFOP, com um público fiel, além de ser fonte de renda para as famílias do Cafundão. Nesse sentido, o corte sofrido no projeto trouxe efeitos negativos para o andamento do desenvolvimento que estava sendo construído. Devido a isso, as visitas técnicas realizadas na comunidade foram suspensas, não ocorrendo assim o intercâmbio de conhecimento e vivência entre a comunidade acadêmica e a rural.

Com isso, houve desmotivação por parte dos agricultores, gerada pela incerteza da continuidade do projeto, desse modo os bolsistas não conseguiram coletar dados, para pesquisa e análise do projeto na comunidade. Portanto, nesse período, a não coleta de dados básicos como, por exemplo, vendas e gastos não foi feita, ficando a avaliação apenas por critério de entrevistas e perspectivas dos agricultores, que relataram sobre a queda nas vendas durante esse período, além de sentirem muito com a falta de visitas técnicas, onde todas as demandas da comunidade eram expostas ao orientadores e bolsistas do projeto.

Essa descontinuidade do projeto – aqui comparado com um tipo de implementação política – alinha-se fielmente ao que diz Draibe (2006) e Rua (1998), sobre a importância de se dar continuidade às políticas e manter o controle e avaliação das mesmas para que o direcionamento seja o desenvolvimento pleno, gerando perspectivas de crescimento dos beneficiários.

O Projeto foi aprovado depois do recurso submetido e voltou as suas atividades normais em julho de 2017. A pausa do projeto durou 07 meses. Atualmente os feirantes perceberam um aumento significativa na renda e contam com consumidores fiéis.

Junto aos feirantes o Circula busca soluções e alternativas para o aumento das vendas, seja com divulgação nas plataformas *online* ou com estratégias, como sorteio de cestas, vendas online e entregas a domicílios. A Prefeitura de Mariana continua auxiliando com transporte e divulgação da feira. E em janeiro de 2018 foi feito um evento de revitalização da feira, para a maior atração de consumidores.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agrícola pode ser considerado fundamental para o crescimento econômico, ao propiciar a interligação entre os demais setores econômicos através da produção de matérias-primas e alimentos para o consumo. Por isso as políticas e programas que auxiliam esse setor são de suma importância e devem ser formuladas para que não haja falhas e pausa durante sua execução, pois como pode ser visto na análise do caso da Comunidade do Cafundão uma descontinuidade do projeto prejudica a trajetória do desenvolvimento.

Durante o período de acompanhamento junto à comunidade, várias dificuldades foram enfrentadas, como burocracias para regularizar a Associação e incluí-la ao programa de compra institucional. Dificuldades de mercado, ampliar o mercado, buscar nossos consumidores, melhoria nas vendas e diversificação de produtos. Além das dificuldades com o transporte e entrega de encomendas.

Nesse sentido, a Comunidade do Cafundão, tem conseguido articular o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento ambiental, por meio da diversificação produtiva, focando em atividades de baixo impacto ambiental e sustentáveis no longo prazo, isso por meio da agricultura de base agroecológica.

Além disso, conta com os processos de transformação e fortalecimento das organizações locais e mudanças das estruturas das relações sociais, tendendo a uma maior democratização com aumento da inserção de mulheres. Atualmente, é possível enxergar uma Comunidade do Cafundão melhor estruturada e preparada para desenvolver cada vez mais a agricultura. Através de feiras solidárias os agricultores vêm melhorando sua qualidade de vida, sua realidade econômica e conquistado seu espaço no comércio agroecológico. O projeto Circula Agricultura, segue com as realizações das feiras e dando apoio para os agricultores.

Podemos concluir que há uma forte disposição em consumir produtos agroecológicos e orgânicos entre o público da UFOP. Esse resultado corrobora observações feitas por outros pesquisadores que tem revelado a crescente demanda por tais produtos, sobretudo, entre o público jovem e com elevado nível de escolaridade. Isso nos leva a crer que a UFOP representa um interessante mercado para a produção local, com uma demanda potencial ainda

não totalmente explorada. O investimento neste mercado local para a produção agroecológica dos agricultores da região representa um caminho para a geração de renda e desenvolvimento, bem como contribui para a segurança alimentar e nutricional da população local.

Em suma, podemos dizer que os objetivos do projeto foram atendidos, uma vez que foi possível observar que, na região, a agricultura familiar é uma prática de grande relevância econômica e social, gerando trabalho e renda à comunidade analisada. A hipótese foi confirmada, pois verificou-se que com a descontinuidade do Circula, no primeiro semestre do ano de 2017, houve um efeito negativo sobre o direcionamento do projeto, que só no segundo semestre teve retomada.

Fica aberta a discussão sobre a necessidade de avaliação e retro avaliação constante do programa, para que os produtores não fiquem à mercê e tenham condições de trabalho e renda mais adequados. Além disso, seria interessante analisar a efetividade dos programas de extensão das universidades, a fim de identificar a descontinuidade dos mesmos para o público beneficiado.

## REFERÊNCIAS

DRAIBE, Sônia M. e Riesco, Manuel . **Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições de literatura contemporânea**, ANPOCS. 2006.

EMATER e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**, 2014, <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf> , acesso em 23/12/2017.

FURTADO, Celso. **Em entrevista no lançamento dos indicadores do Séc. XX**, IBGE, RJ, 2003.

ILBERY, B.. **Product, Process and Place: An Examination of Food Marketing and Labelling Schemes in Europe and North America**. European Urban and Regional Studies, vol 12(2), 2005. p.116–132.

LABRA, M. E. Apontamentos para responder à questão: “as origens contratualistas das recentes teorizações sobre o neocorporativismo”. Rio de Janeiro: Iuperj, 1990.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**, Outubro, 2013, [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf) , acesso e 23/12/2017.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965.

**Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**, 2014, <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf> , acesso em 23/12/2017.

RUA, Maria. G. (1998). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G.; VALADAO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. DF, Paralelo 15.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. (1911) Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. **Cultura solidária em cooperativas. Projetos coletivos de mudança de vida**. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** 1776.

WISKERKE, J.S.C. **On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development.** International Planning Studies, 2010.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres.** Editora Ática, São Paulo, 2010.